

O PARADIGMA DO "EDIFÍCIO ESTHER"
E A BUSCA DA MODERNIDADE EM SÃO PAULO

Yara Vicentini*

RESUMO

Utiliza o Edifício Esther, construído em São Paulo nos anos 30 pelos arquitetos Vital Brasil e Ademar Maninho, como paradigma da discussão do movimento moderno no Brasil. Articula, em torno da produção desse edifício, as questões dominantes para a compreensão do período, como a construção da hegemonia burguesa, a ascensão da indústria e suas relações com o capital agrário, a constituição de novas territorialidades na cidade e os ideais estéticos e sociais do movimento moderno. Conclui que, no movimento moderno da arquitetura no Brasil, assimilam-se códigos e elementos pontuais da modernidade, sem agregar no entanto seu sentido social.

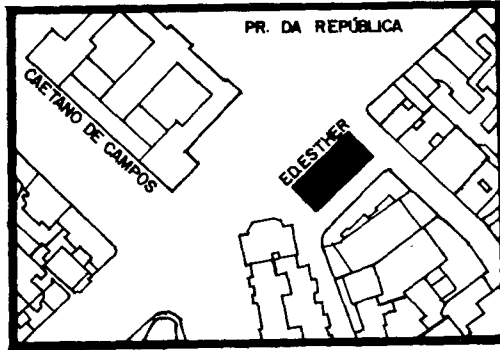
Tomamos como referência, ou pretexto, para a discussão do movimento moderno na arquitetura no Brasil o Edifício Esther, que se localiza na Praça da República, no centro de São Paulo, ao lado da Av. Ipiranga, na esquina com a Rua Sete de Abril. Enfrentando o Instituto de Educação Caetano de Campos na lateral da praça definida pela Av. Ipiranga, os dois prédios visualmente se contrapõem na fun-

* Arquiteta, Professora da Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos (Departamento de Arquitetura).

ção de "parcialmente" fechar o canto sul da praça.

A contraposição é simbólica, em vários outros sentidos. A nível do urbanismo, o "Caetano de Campos", na praça, e o Edifício Esther, na avenida, delimitam o ponto extremo do centro comercial "novo" de São Paulo, que transbordou do vale do Anhangabaú, nas décadas de vinte e trinta. O centro "novo" estabeleceu, neste período, um novo padrão de moradia, serviços e consumo com base em uma estrutura social, cuja diferenciação ganhou contornos inovadores na expansão de uma classe média urbana e cuja consolidação esteve vinculada às lutas sociais e políticas que culminaram e sucederam à Revolução de Trinta.

A contraposição do "Caetano de Campos" e do Edifício Esther também é simbólica a nível da concepção programática, com seus códigos formais e espaciais. Por um lado, no Instituto de Educação Caetano de Campos, cujo núcleo central foi construído entre 1882 e 1884, encontra-se a sede da Escola Normal de São Paulo, que revela os anseios profundamente positivistas da oligarquia cafeeira na Primeira República. Por outro lado, o projeto do Edifício Esther revela um novo padrão verticalizado de comércio, serviços e moradia "moderna", nos seus doze pavimentos, ático mais subsolo, e expressa a passagem de uma sociedade urbana vinculada à distribuição parcial de um excedente cafeeiro para uma sociedade urbana cujo eixo principal foi a acumulação do capital industrial.



A concepção espacial do "Esther" ganhou expressão nos códigos atualizados de estrutura independente, plantas livres e janelas contínuas, cotejadas na forma "moderna" do bloco e acentuadas na geometria formal de suas fachadas e de sua escadaria. É na relação íntima entre estes códigos espaciais/formais e o padrão estético do "moderno", com seus significados simbólicos expressivos, que o "Esther" apresenta uma mensagem inovadora contraposta ao neoclassicismo do Instituto Caetano de Campos. O Edifício Caetano de Campos inicia e simboliza a variante neoclássica do ecleticismo da 1ª. República, como se verifica no esboço inicial da escola traçado pelo então Diretor da Superintendência de Obras, Dr. Francisco de Paula Souza, e, mais explicitamente, no desenvolvimento e detalhamento do projeto realizado pelo porta-voz arquitetônico da pátria paulista, Arquiteto Ramos de Azevedo. Depois das ampliações da primeira década do século vinte, com o acréscimo de duas alas perpendiculares ao prédio principal, a escola foi extensivamente remodelada em 1933, um pouco antes da construção de seu vizinho, o "Esther". A remodelação envolveu a colocação de um terceiro pavimento e foi principalmente interna, conservando o gabarito

RUA, Salvador, v.2, n.3, p-39-63, 1989

estético de neoclassicismo com seus códigos renascentistas de expressão externa¹,

Na contraposição entre o "neoclassicismo" e o "moderno" dos edifícios citados surge uma série de indagações, que formam a base de discussão deste trabalho. Numa interpretação eurocentrista da cultura brasileira, a chegada do movimento "moderno" na arquitetura e artes plásticas do Brasil pode ser vista, conforme o entendimento "clássico" de Swartz (1972), como mais uma fase de idéias "fora de lugar". A crítica "excentrista" estaria, desta forma, fundamentada na falta de condições locais para a implantação do projeto social embutido na concepção europeia de modernidade, nas décadas de vinte e trinta no Brasil. Esta característica básica gerou, no plano da arquitetura e do urbanismo, por sua vez, a possibilidade de contradições entre o conteúdo programático real dos projetos e os códigos simbólicos de representação e seus propósitos estéticos.

Num país como o Brasil, tais possibilidades podem ser investigadas com base em análises empiricamente delimitadas, como é o caso do Edifício Esther entre os demais exemplos de arquitetura moderna numa metrópole como São Paulo. Especificamente interessa, nesta perspectiva metodológica, dar destaque ao significado dos códigos programáticos do edifício na malha urbana e as determinações funcionais do projeto.

O objetivo específico desta investigação será a
RUA, Salvador, v. 2, n. 3, p. 39-63, 1989

descrição dos elementos de ruptura ou continuidade com padrões nacionais, em períodos que antecedem a repercussão dos postulados do "movimento moderno" internacional. No fundo, trata-se da necessidade de explicitar o "desvínculo" entre um padrão de dominação burguesa, que incorpora os códigos de representação à prática e o discurso social ao processo de reprodução de sua hegemonia, e um padrão de dominação coercivo que aproveita elementos pontuais e específicos da modernidade para sua prática.

Na primeira parte, apresenta-se uma série de elementos constitutivos do Movimento Moderno Internacional no campo da arquitetura, especificamente apoiados no entendimento de Tafuri e Segre. Situa-se o projeto "Esther" no contexto do ideário do movimento moderno, em suas determinações históricas e características ideológicas específicas. Em seguida, localiza-se o projeto no contexto histórico e geográfico da sociedade paulista, naqueles anos cruciais da década de trinta. Finalmente, o contexto urbano do "Esther" é brevemente descrito para o entendimento da coerência do projeto com seu meio.

1. Os elementos constitutivos do movimento moderno na arquitetura

A história da arquitetura e urbanismo na Europa, nas últimas décadas do século XIX, gerou interpretações que enfatizam uma base de continuidade entre as utopias sociais de Fourier, Cabet, Owen, etc. e RUA, Salvador, v, 2, n, 3, p. 39-63, 1989

as raízes do movimento moderno, mediante a aceitação generalizada do potencial das novas forças produtivas geradas pela Revolução Industrial. O caminho a Bauhaus conduziu-se por um percurso iniciado com o movimento de *Arts and Crafts*, que se baseou na utopia de William Morris e demais utopias urbanas no fim do século XIX. A tese de Pevsner é exatamente "*que a fase entre William Morris e Walter Gropius é uma unidade histórica*"².

Contra esta periodização única e contra o entendimento conceitual de Pevsner, coloca-se a periodização alternativa de Tafuri, que divide as décadas finais do século XIX e as décadas iniciais do século XX em duas fases. A primeira compreende um período que vê desenvolver-se o papel das vanguardas artísticas como projetos ideológicos e como individualização de necessidades insatisfeitas, "*consignadas como tais à arquitetura e à urbanística, as únicas capazes de lhes dar concretização*"³.

Num segundo período, a ideologia arquitetônica transforma-se em ideologia de plano. Nesta transformação, a força do conceito de planejamento atinge o próprio corpo da ideologia de arquitetura, na aparência de um caráter supérfluo ou limitado, em relação à produção planejada dos edifícios. No entendimento de Tafuri, a lógica do plano extrapola os limites do edifício para a cidade e a economia.

Nesta fase, a burguesia chama para si a tarefa de conciliação entre a racionalidade do plano e a ir-
RUA, Salvador, v. 2, n. 3, p. 39-63, 1989

racionalidade da vida urbana, sob o signo do capitalismo industrial. A visão da cidade é transformada e passa a ser considerada como o lugar específico da produção tecnológica, e, ela própria, como produto tecnológico, reduzindo para o movimento moderno a arquitetura a um simples momento da cadeia produtiva⁴.

No surgimento da ideologia do plano encontram-se os autores paradigmáticos do movimento moderno, em todas as cidades sociais. Os trabalhos de Weber, Scheler, Pareto e Mannheim conseguem superar os entraves à decolagem de uma racionalização global do universo produtivo e o seu domínio social é identificado como a nova tarefa histórica do intelectual⁵.

Para Keynes e Weber o caminho já estava indicado. A utopia social do século XX deveria operar no domínio da programação, abandonando o terreno da ideologia geral. Em 1982, na Universidade de São Paulo, a Profa. Marilena Chauí repete a mesma conclusão da obra de Tafuri sobre a transformação das utopias do fim do século XIX:

"É a partir da Comuna de Paris e a partir do Manifesto do Partido Comunista que a palavra utopia se torna sinônimo de loucura... No entanto, o que é curioso, e eu diria o que é triste, é que exatamente neste momento em que a utopia aparece socialmente como um risco, como um perigo, ela mesma vai ser neutralizada pela sua cientificação. Quer dizer, a utopia vai rumar para o pragmatismo, para o realismo, e vai ter como meta a sua viabilidade... o futuro é arrastado para as fronteiras do presente. E a noção do possível se transforma em previsão. A utopia se torna um projeto de reforma da sociedade na qualidade de ciência

aplicada"⁶.

A visão radical é, portanto, transformada em um projeto positivista de racionalidade, em nome de um projeto social. O estado de bem-estar é integrado à finalidade ética do movimento moderno. O avanço das forças produtivas torna possível a transformação e controle da sociedade como um problema de engenharia social. Desde que a cidade é o lócus privilegiado desta transformação, é a arquitetura que recebe as primeiras tarefas do movimento moderno. Tafuri indica as conseqüências nos seguintes termos:

"A Bauhaus, como câmara de decantação das vanguardas, tem precisamente esta tarefa histórica: selecionar todas as contribuições dessas mesmas vanguardas, pondo-as à prova perante as exigências da realidade produtiva. O design, método de organização da produção antes mesmo que método de configuração de objetos, faz jus aos resíduos utópicos inatos nas poéticas das vanguardas. Agora, a ideologia não se sobrepõe às operações - concretas na medida em que ligadas aos ciclos reais de produção - mas é interior às próprias operações. Também o design, malgrado o seu realismo, coloca exigências insatisfeitas e - no impulso que imprime à organização das empresas e à organização da produção - contém uma margem de utopia (mas trata-se, agora, de uma utopia funcional aos objetivos de reorganização da produção que se pretende alcançar). O Plano, individualizado pelos movimentos arquitetônicos de ponta - o termo vanguarda deixa de ser adequado - a partir da formulação do Plan Voisin de Le Corbusier (1925) e da transformação da Bauhaus (1923), contém a seguinte contradição: partindo do setor da construção de edifícios, a cultura arquitetônica descobre que os objetivos previamente fixados são poderão ser satisfeitos ligando aquele setor à reorganização da cidade"⁷.

A contradição, no bojo do urbano, do movimento moderno exige que o projeto progressista caminhe da produção para a circulação e o consumo nas grandes metrópoles. É por isso que a mudança no caráter da produção capitalista vai exigir a reorganização da cidade no movimento entre os padrões urbanos de acumulação extensiva e os pressupostos da acumulação nos moldes intensivos. O projeto social-democrata na Europa fundamenta-se na necessidade desta passagem.

Para Le Corbusier, a arquitetura é agora sinônimo de organização da produção, onde a distribuição e o consumo são tratados como condicionantes determinantes, que envolvem a reorganização da cidade. O arquiteto é agora organizador da produção, que liga a iniciativa intelectual à "civilização *machiniste*". As tarefas do desenho, indicado por Le Corbusier, segundo Tafuri, envolvem agora a absorção da multiplicidade, a mediação do improvável com a certeza do plano, a compensação da organicidade e desorganicidade, agudizando-lhes a dialética e a demonstração de que o nível máximo de programação que liga a iniciativa intelectual é a "civilização *machiniste*"⁸.

Para Le Corbusier, na vanguarda da "civilização *machiniste*", a arquitetura "moderna" agora possui um programa político fundamentado nas tarefas a desempenhar:

- a) A convocação à tipologia e a proposta feita à empresa produtiva,
- b) A procura de uma autoridade capaz de mediar a planificação urbanística com programas de reorga-

nização civil, tentada pelo CIAM, a nível político.

c) A articulação da forma no seu nível máximo, aproveitada com a finalidade de tornar o público o sujeito ativo do consumo.

A contradição implícita entre estes pressupostos programáticos de arquitetura e suas implicações para o urbanismo é reforçada por Le Corbusier, que explora os limites da contradição latente da "civilização machinista", no fim da década de vinte. Curiosamente e significativamente, a solução não foi elaborada na própria Europa, mas foi elaborada no Terceiro Mundo, entre 1929 e 1931. Os planos para São Paulo, Rio de Janeiro, Montevidéu e Buenos Aires, junto com a experiência final do Plano Obus para Argel, são considerados por Tafuri como "a hipótese técnica mais elevada da urbanística moderna, ainda insuperada tanto a nível ideológico como formal"⁹.

Na organicidade das megaestruturas destes planos, o objeto industrial não pressupõe qualquer disposição unívoca no espaço. Ali, tudo é possível pela técnica. No mesmo sentido coloca-se o plano que Frank Lloyd Wright elaborou para a *Broadacre City*, nos mesmos anos, também genérico e considerado viável para qualquer parte dos Estados Unidos - norte, sul, leste e oeste¹⁰.

No caso do Plano Obus, Tafuri indica o ponto alto da concepção corbusiana: "O universo tecnológico gera o aqui e o ali... A disponibilidade plena do solo já não é suficiente para a reorganização da RUA, Salvador, v. 2, n. 3, p. 39-63, 1989

cidade: agora é a totalidade do espaço tridimensional que deve ficar disponível"¹¹. Na Europa, a democracia social vai aceitar a disponibilidade de solo dentro do pressuposto modernista do real e viável, gerando a Frankfurt planejada de Ernest May, a Berlim administrativa de Martin Wagner, a Hamburgo de Fritz Shumacher e a Amsterdam de Cor Van Esteren. Nos trópicos, arrisca-se extrapolar os limites de seus pressupostos, como pode ser visto nas versões do Plano Obus, desenvolvidas em São Paulo e Rio de Janeiro no desenrolar da Revolução de Trinta.

Em São Paulo, o projeto moderno escapou à Semana de 22, desde que Warchavchik somente chegou em 1924, e sua casa modernista foi construída depois, nos anos de 1927 e 1928¹². O impacto seria mais evidente em 1930 na Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, quando Lúcio Costa convidou Warchavchik para ser professor, ensinando os códigos internacionais do movimento moderno. Nestes anos, os alunos da escola recebem não somente as lições da Bauhaus, mas acompanham os projetos tecnológicos de Le Corbusier nas principais metrópoles brasileiras.

Em outubro de 1930, mais dois pilares do movimento moderno, Frank Lloyd Wright e Eliel Saarinen, desembarcam no porto do Rio a convite da *Pan American Union*, para julgar o concurso sobre um memorial a Colombo. O próprio Wright recorda a presença no cais do porto de uma delegação de 700 alunos da Escola de Belas Artes pedindo seu apoio na gre-

ve, que então paralisava a escola. Na sua primeira palestra na Escola de Belas Artes, Wright apoiou a greve dos alunos com a tese sobre a importância do movimento moderno no Brasil: "*Se o Brasil vai ter um futuro, como ele pode negar à juventude o pensamento avançado do mundo, não importa se os velhos concordem ou não com este pensamento*"¹³.

O eixo das lições dos porta-vozes do movimento moderno em arquitetura pode ser visto posteriormente nos projetos dos alunos da Belas Artes, onde se incluía o estudante paulista Álvaro Vital Brasil. Vital Brasil formou-se na Escola de Belas Artes, em 1933, e volta para São Paulo onde mantém um escritório junto com o antigo colega Ademar Maninho¹⁴. Trata-se dos arquitetos carregados de signos e autores do projeto do Edifício Esther.

2. O lugar "moderno" do edifício Esther

Nas ciências sociais brasileiras, o significado da Revolução de Trinta transformou-se em tema permanente em seus paradigmas teóricos, categorias e conceitos. Ao nível econômico, retrata a crise de um regime de acumulação cafeeiro, caracterizada principalmente pela apropriação exógena do excedente¹⁵. Nos anos trinta, a crise cafeeira e a rearticulação em São Paulo da divisão social do trabalho alterou esse padrão colocando o eixo de acumulação agora sobre a égide do capital industrial. O novo regime de acumulação emergente, pós-cafeeiro, demonstrou suas peculiaridades ainda a nível da redefinição da divisão social do trabalho, estabelecendo limitações ao desenvolvimento das

RUA, Salvador, v. 2, n. 3, p. 39-63, 1989

lações sociais e das forças produtivas no país, comparado com as economias da Europa e Estados Unidos, naquele momento.

Por um lado, a agricultura continuou desempenhando as mesmas funções estabelecidas nos períodos anteriores a 1930, sem incluir o campo como um terreno "subordinado" à realização do capital industrial¹⁶. Por outro lado, a reprodução endôgena do capital industrial a nível das relações interdepartamentais constituiu-se tardiamente, com o início dos investimentos em Volta Redonda, na década de quarenta¹⁷.

Estas especificidades marcaram profundamente o caráter da estrutura urbana brasileira, com suas peculiaridades na relação cidade-campo e até peculiaridades construtivas em relação à arquitetura. A nível urbano, a primazia da metrópole sustenta-se na imigração de mão-de-obra rural para a periferia das cidades e envolve, também, a imigração de famílias abastadas com raízes oligárquicas, fugindo da crise cafeeira, para assentarem-se nos bairros burgueses da capital. Nas crônicas de Jorge Americano, a conseqüência, no sentido do crescimento acelerado do centro da cidade, é retratada nos seguintes termos:

*"Foi em 1934 que veio a febre dos apartamentos em condomínio, O cimento armado e a legislação sobre condomínios em prédios de vários andares; o afluxo de imigração estrangeira, de outros Estados e do interior para a Capital; o sistema de vendas a prestações; a extensão das linhas da Light... a renovação do espírito do paulista pelas viagens ao estrangeiro - tudo isso proporcionou o novo surto"*¹⁸.

De outra forma, as dificuldades de importação de aço e a falta de sua produção interna explica, em parte, a opção corbusiana, no Brasil, pelo concreto armado e a penetração limitada dos paradigmas metálicos de Mies Van der Rohe, ou a ausência da *balloon frame* de aço dos arranha-céus de Louis Sullivan. O Edifício Esther respeita e exemplifica estes condicionantes, que provêm do caráter das forças produtivas da época. A técnica construtiva do projeto revelou-se numa estrutura de concreto e alvenaria de tijolos.

O programa do projeto também obedeceu a duas conseqüências da crise econômica de trinta: a necessidade premente do capital oriundo dos setores rurais do complexo cafeeiro em crise de encontrar outros campos de reprodução, incluindo as inversões no meio urbano, e a tendência de capitais industriais e financeiros individualmente a diversificarem suas inversões em ramos de atividades. Em parte, esta dispersão significou a continuidade das práticas rentistas, que tipificavam os capitais participantes do complexo cafeeiro, bem como uma conseqüência do caráter "autárquico" dos capitais industriais, no Brasil da Primeira República,

Além de capitais industriais como Crespi ou Matarazzo, outros, com raízes oligárquicas rurais paulistas, modernizaram-se. Um exemplo foi a família Nogueira, com sede em Cosmópolis, ou a família de Rodrigues Alves, no vale do Paraíba, durante a Primeira República. Os Rodrigues Alves partiram do café para atividades comerciais, com casas comissariais, Salvador, v. 2, n. 3, p. 39-63, 198

sárias de café em Santos, e também para a indústria têxtil, com uma fábrica de tecelagem em Pirassununga, no interior paulista¹⁹. Os Nogueira, neste tempo, passaram do setor cafeeiro para o setor canavieiro, na indústria de transformação da cana e na produção de açúcar. Com base nesses exemplos, pode-se sugerir que a modernização e metamorfose do capital cafeeiro foi um componente específico na regimentação dos capitais industriais e na transformação do patronato, especialmente nos centros industriais como São Paulo nas décadas após as grandes greves de 1917.

Na institucionalização do patronato industrial, a criação da CIESP, e depois da FIESP, constituiu o processo de regimentação. A nível da descrição ideológica, os registros originais do industrial Jorge Street sobre a "questão social" foram reexpressos pela liderança da FIESP na figura de Roberto Simonsen. Os discursos de Simonsen representam a interpretação empresarial da questão social, dentro dos pressupostos de um novo projeto ideológico, mais abrangente, que entendia como moderna a utopia realista da racionalidade.

Na interpretação de Marilena Chauí, os mecanismos de estruturação deste projeto envolveram uma série de montagens ideológicas, com destaque para o nacionalismo e para um ideário racionalista de modernidade:

"A produção da hegemonia burguesa se opera através de um sistema de inversões político-ideológicas... A primeira inversão consiste em definir como sujeito histórico a Nação fadada ao progresso, graças a industrialização... A se-

*gunda inversão consiste em definir a indústria pela racionalização e esta como autoconservação nacional, de sorte a romper com o risco do colonialismo e do socialismo. A terceira inversão consiste em demonstrar que a racionalização industrial é, por si e em si mesma, um fator de estabilidade... A última inversão consiste numa síntese das anteriores: lutar contra a industrialização é lutar contra a Nação"*²⁰.

No discurso de industrialização, o projeto político também propõe sua legitimação pela incorporação do ideário de uma democracia constitucional "moderna"²¹. Nestes anos cruciais de 1929 a 1932, a FIESP formula o discurso do constitucionalismo de um Estado Burguês, que também pode ser interpretado como a última tentativa de reerguer a hegemonia política da pátria paulista - o legado das estruturas políticas da Primeira República.

Nos mesmos anos de 1929 a 1930, o industrial Paulo Nogueira Filho, o representante "moderno" da oligarquia de Cosmópolis, foi à Europa como Diretor do novo Partido Democrático, em busca de novos modelos políticos para constituir um regime político de acordo com o novo potencial do país. No seu relato de viagem, Paulo Nogueira não deixa dúvidas sobre sua concepção pessoal da classe e o entendimento dos processos de reprodução de uma classe em si e para si. A nível de consumo, na viagem transatlântica, Nogueira justifica a escolha do meio de transporte usado nos seguintes termos:

"Havia, sem embargo, um motivo para que embarcasse no mais caro dos barcos. Para nossa saúde combalida isso representava fator de suma importância. Creio, contudo, não fosse tal motivo, outros haveria... As minhas caracterís-

*ticas burguesas pareciam estar na ordem dos fatos biológicos. Irresistível esse Cap. ARCONA!?!"*²².

Nogueira sentiu-se bem na viagem: "Tinha 30 anos e recursos não me faltavam para encetar qualquer carreira no meio da sociedade rica e próspera, qual era a da minha gente". Mas o motivo de viagem foi principalmente a busca dos novos modelos europeus de regulação política. O jornal *Dagens Nyletter*, em Estocolmo, noticiou sua chegada nos seguintes termos: "Ando à procura de uma boa forma de governo democrático, diz o Secretário Geral do Partido Democrático do Brasil"²³.

O relato de viagem continua com indicações múltiplas do conceito "moderno" de democracia, que reconhece a questão social como interna à constituição da hegemonia burguesa. Na Inglaterra, por exemplo, Nogueira constatou que: "Para os ingleses era o desarmamento, a paz, sem falar nas reformas sociais internas que entusiasmavam as populações obreiras. Como bom latino, a euforia geral contagiou-me. Minha imaginação ia bem além dos prognósticos britânicos. Via a Europa socializada, o Brasil socializado, o Mundo socializado, bem entendido, segundo aquele esboçado Legnino britânico". Na Dinamarca, o modelo foi similar: "Em Copenhague, observamos o que é do conhecimento geral, instrução popular integral; desenvolvimento do cooperativismo no mais alto grau; respeito para a Coroa; adesão a instituições democráticas parlamentares. (...) os governos se alteram entre burgueses e socialistas, todos democratas. Estabiliza-se aí, por RUA, Salvador, v. 2, n. 3, p. 39-63, 1989

longo tempo, uma social-democracia coroada". Em Estocolmo, na entrevista citada, Nogueira Filho também menciona o projeto do modernismo nos trópicos em termos de "idéias democráticas em marcha". Curiosamente, seu outro signo de modernidade voltou-se para a arquitetura da metrópole paulista: "Por fim gabei o fato de São Paulo possuir um arranha-céu de 24 andares e outros vinte com mais de dez pavimentos"²⁴.

Paulo Nogueira Filho regressou para o Brasil em dezembro de 1929, participou da Revolução de Trinta e da "Guerra Constitucionalista" de 1932.

Em 1935 e 1936 o industrial Paulo Nogueira Filho empreende a construção do Edifício Esther. Esther era o nome da velha usina de açúcar nos arraiais dos Nogueira, em Cosmópolis. Um edifício de rendas na capital constituía-se em um velho tipo de usina, com roupagem "moderna"?

3. A vizinhança do "Esther" e a transformação do Anhangabaú

Na década de trinta, a economia no Estado de São Paulo alterou sua estrutura com o crescimento industrial, superando as tendências de acumulação no mundo cafeeiro, com implicações imediatas para as cidades. O capital rural já se transferira com uma diversificação urbana de suas atividades²⁵.

Do lado do capital, esta migração fez inversões nestes e em outros ramos da indústria e nas atividades de serviços urbanos na capital. A metrópole

RUA, Salvador, v. 2, n. 3, p. 39-63, 1989

chegou a uma população de mais de 1.000.000 pessoas em 1938. Do lado do trabalho, no oeste do centro histórico - nos bairros do Brás e Moóca, situados do outro lado do Parque Dom Pedro I -, os operários aglomeravam-se e expandiam-se, patrulhados e, freqüentemente, reprimidos²⁶.

Na década de trinta, nas fábricas e oficinas, novos moldes de regimentação de trabalho foram introduzidos, sob a égide do *taylorismo*. A Empresa Light representou um paradigma dos novos métodos modernos de organização do trabalho, que enfatizavam o caráter social de sua gestão, apesar do (ou por causa do) caráter dos avisos no refeitório de suas oficinas no Cambuci, no fim da década de 1930. Os anos trinta assistiram à modernização de Taylor institucionalizada pelo IDORT, com o apoio do fundador da USP, Armando de Salles Oliveira, e de Roberto Simonsen, na chefia da FIESP.

Em 1938, o sociólogo norte-americano na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, Samuel Lowrie, indicou a estrutura étnica da sociedade paulista em transformação e concluiu: "*a análise dos grupos de três diferentes classes sociais da população paulistana mostra uma definida e acentuada diferenciação quanto à constituição étnica da população, sendo as classes alta e baixa decididamente brasileiras e a intermediária, estrangeira*"²⁷

Nesta relação entende-se que a diferenciação da divisão social do trabalho na indústria, no comércio e nos serviços foi também cotejada por *diferença*, Salvador, v. 2, n. 3, p. 39-63, 1989

renças de sexo e de etnia. Por outro lado, novos padrões de territorialidade também foram construídos nesta gigantesca metamorfose urbana, atingindo não somente as tradições oligárquicas da burguesia, mas também a cultura das demais classes, onde a dimensão étnica demonstrava conotações raciais.

Central à produção dos novos padrões de territorialidade foi também a transposição social e econômica do vale do Anhangabaú e a construção do centro novo, que vai até a Praça da República. No fim da década de quarenta, Muller comenta a nova paisagem da área central da cidade relevando que a altura dos arranha-céus era maior no núcleo antigo, mas a concentração dos altos edifícios era mais significativa no núcleo novo²⁸.

Na composição funcional do centro, Muller indicou um novo padrão de localização dos profissionais liberais onde excluíam-se os advogados, presos à presença do Palácio da Justiça e da Faculdade de Direito no centro antigo, na mesma polarização dos bancos em relação ao Banco do Brasil. Por outro lado, os dentistas e médicos preferiram o centro novo, sendo *"tal trecho mais freqüentado pela clientela de maiores posses"* e mais ligado *"aos bairros mais finos da cidade"*²⁹.

No centro novo, o comércio foi diferenciado por um novo padrão de consumo. A casa Mappin faz a mudança da Praça da República para a Praça Ramos de Azevedo, em 1939. No núcleo novo, as modernas instalações e a venda de artigos de luxo foram suficientes para contrabalançar os preços também altos

RUA, Salvador, v.2, n.3, p.39-63, 1989

dos aluguéis. Nos edifícios do centro novo apresentam-se "as instalações mais amplas, às vezes refinadas, onde se alojam os ateliers de alta costura, pelerias, oficinas de jóias e de concerto de relógios, etc."³⁰,

Trata-se de um centro novo altamente dinâmico. Foi nestas décadas de trinta e quarenta que se transferiram as lojas de automóveis, passando da Rua Barão de Itapetininga para a Praça da República e vizinhanças. Ao mesmo tempo, as oficinas mecânicas e as lojas de acessórios para automóveis, onde se encontram as peças dos Senhores Gattás e Mammana, deixaram a Rua Barão de Itapetininga e a Praça da República para se localizarem na Vila Buarque e nos Campos Elíseos³¹. O automóvel, como símbolo de modernidade, possuía sua territorialidade, solidário ao novo padrão de consumo e à estrutura social do centro novo.

Esta estrutura social deixa agora o centro antigo para outras classes sociais mais imediatamente vinculadas à reprodução do trabalho. No núcleo antigo, dos banqueiros e advogados, predominavam em 1952 "as lojas mais modestas... o caráter mais 'popular' das lojas do núcleo antigo e sua pequenez refletiram o tipo de construção".

A mesma interpretação aplica-se ao lazer e ao consumo da classe "baixa", que não era estrangeira."A Rua Direita congrega um impressionante número de elementos de cor, negros e mulatos que ali fazem o 'footing'. É provável que essa preferência de gente de cor pela Rua Direita esteja correlacionada RUA, Salvador, v. 2, n. 3, p. 39-63, 1989

com a presença, na periferia, do Núcleo Antigo de vários 'dancings' frequentados por aquela parcela da população - as 'gafieiras' pertencentes a sociedades recreativas, que pelos lucros arrecadados podem suportar os alugueres relativamente altos... por outro lado podem instalar-se nos velhos prédios, hoje um tanto anacrônicos em face dos arranha-céus dessa área, já que a freguesia é, sem dúvida, pouco exigente"³².

No Edifício Esther as pessoas foram mais exigentes. O Edifício em si estava no lado certo do Anhangabaú.

Foi um bom negócio, e foi moderno também.

Da análise deste edifício, talvez possamos reafirmar que, no processo de reprodução da hegemonia burguesa, no período de introdução do Movimento da Arquitetura Moderna no Brasil, foram assimilados os códigos e os elementos pontuais e específicos da modernidade, sem agregar, porém, seu sentido social, a não ser em seu discurso.

NOTAS

1. Em grande parte, o trabalho atual baseia-se no levantamento e pesquisa dos bens tombados na área da Grande São Paulo, realizados pela equipe da EMPLASA. Cf. Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo.
2. Pevsner, p.39.
3. Tafuri, p.40.
4. Ibid., p.36.

- 5, Ibid., p.43.
6. Chauí, O governo da cidade..., p.99-100.
7. Tafuri, op.cit., p.68.
8. Ibid., p.86.
9. Ibid., p.87.
10. Cf. Gunn, Frank Lloyd Wright and ..., p.14.
11. Tafuri, op.cit., p.88.
12. Cf. Amaral, p.156.
13. Wright, p.446-449.
14. Cf. Empresa Metropolitana..., op.cit., p.288.
15. Cf. Oliveira, 1972, p.393-414.
16. Cf. Oliveira, 1975, p.7-78.
17. Cf. Mello, p.114-117.
18. Americano, p.48.
19. Cf. Gunn, Espaço, Estado..., p.112.
20. Chauí, Prefácio, p.21.
21. Cf. De Decca, p.25.
22. Nogueira Filho, p.337-342.
23. Ibid., p.361.
24. Ibid., p.358-359, 361.
25. Cf. Cano.
26. Cf. Dias.
27. Lowrie, p.211.
28. Cf. Muller, p.151.
29. Ibid., p.163-164.
30. Ibid., p.161, 163.
31. Ibid., p.177.
32. Ibid., p.173.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Aracy. Artes plásticas na Semana de 22, São Paulo: Perspectiva, 1972.
- AMERICANO, Jorge. São Paulo nesse tempo - 1915/1935. RUA, Salvador, v.2, n.3, p.39-63, 1989

- São Paulo: Melhoramentos, 1962.
- CANO, W. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil - 1930/1970. Ed. Global, Campinas, UNICAMP, 1985.
- CHAUI, Marilena. O governo da cidade e a utopia. Espaço/Debates, São Paulo, n.6, jun./set.1982.
- _____. Prefácio. In: DE DECCA, E. 1930, o silêncio dos vencidos. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DE DECCA, E. 1930, o silêncio dos vencidos. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DIAS, Eduardo. Um migrante e a Revolução - memórias de um militante operário, 1934/1951. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- EMPRESA METROPOLITANA DE PLANEJAMENTO DA GRANDE SÃO PAULO. Bens arquitetônicos no município e na Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo, 1984.
- GATTÁS, Ramiz. A indústria automobilística e a 2a. Revolução Industrial no Brasil. São Paulo: Ed. Prelo, 1981.
- GUNN, P. Espaço, Estado, território. São Paulo. 1985. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1985.
- _____. Frank Lloyd Wright and the passage to Fordism. Paris, BISS 11, 1989.
- LOWRIE, Samuel H. Origem da população da cidade de São Paulo e diferenciação das classes sociais. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, v.43, 1938.
- MELLO, J.M.C. de. O capitalismo tardio, São Paulo: Brasiliense, 1982.
- RUA, Salvador, v.2, n.3, p.39-63, 1989

- MULLER, N.L. A área central da Cidade. In: AZEVEDO, Aroldo de. A cidade de São Paulo. São Paulo: Ed. Nacional, 1958. (Estudos de Geografia Urbana, 3).
- NOGUEIRA FILHO, Paulo. Ideais e lutas de um burguês progressista. São Paulo: Anhembi, 1958.
- OLIVEIRA, F. de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. São Paulo: Brasiliense, 1972 (Seleções CEBRAP, 1).
- _____. A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil. In: HISTÓRIA geral da civilização brasileira t.III - O Brasil republicano. São Paulo: Difel, 1975.
- PEVSNER, N. Pioneers of modern design. London: Penguin, 1960.
- SEGRE, R. Arquitetura e urbanismo da Revolução Cubana. São Paulo: Nobel, 1986.
- TAFURI, M. Projecto e utopia. Lisboa: Presença, 1985. (Coleção Dimensões.)
- WRIGHT, F.L. An autobiography. London: Faber, 1945.